

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS INFANTOJUVENIS DE TAQUARA - RIO GRANDE DO SUL

Área temática: Mestrado
Forma de apresentação: Oral
Resultado do trabalho: Parcial

Diogo da Silva Corrêa²⁰; Aleteia Hummes Thaines²¹

RESUMO:

Os direitos das crianças e adolescentes encontram-se fundados nos princípios da prioridade absoluta e da proteção integral. O atual texto constitucional e o Estatuto da Criança e Adolescente inauguraram uma ruptura paradigmática com a ?doutrina menorista?, conduzindo esse debate social para o campo dos direitos fundamentais (CUSTÓDIO, 2008). Considerando a brutal desigualdade social brasileira, é essencial a atuação conjunta entre Estado e Sociedade Civil para a promoção e defesa desses direitos. O locus dos debates acerca dessa matéria é o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, órgão paritário e deliberativo responsável pela formulação e acompanhamento das políticas públicas para o público infantojuvenil (TATAGIBA, 2002). A partir desses elementos, a presente pesquisa está se valendo de um estudo de caso para analisar os papéis desempenhados por esse órgão em nível local, no município de Taquara/RS, bem como as relações por ele estabelecidas com as demais instituições pertencentes ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). A partir dos métodos de pesquisa bibliográfico, documental e entrevistas semiestruturadas, o trabalho vem sendo desenvolvido a fim de captar a percepção não só dos agentes envolvidos com o Conselho, mas de alguns atores do SGDCA. Das análises já realizadas, observa-se um hiato entre o modelo conselhistas pensado originalmente e o que vem se estabelecendo. Porém, isso se justifica por ser ele um espaço ainda em construção e que vai de encontro à histórica centralidade na gestão pública (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012).

Palavras-Chaves: Direitos da Criança e Adolescente. Conselhos Gestores. Políticas Públicas.

Referências:

CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. Revista do Direito, v. 29, p. 22-43, 2008. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/viewFile/657/454>. Acesso em: 29 ago. 2019.

TATAGIBA, L. F. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: Dagnino, E. (Org.) Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, p. 47-103, 2002.

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. Serviço Social & Sociedade, n. 109, p. 68-92, 2012.

²⁰ Acadêmico das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. dscorrea83@gmail.com

²¹ Professora Orientadora das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. aleteithaines@faccat.br